

10 – PERSPECTIVAS

10.1 A qualidade de vida como noção-chave

10.2 Psicologia ambiental e desenvolvimento sustentável

“O ser humano tem o direito fundamental à liberdade, igualdade e condições adequadas de vida, num ambiente de qualidade que permita uma vida de dignidade e bem-estar, e ele carrega consigo a solene responsabilidade de proteger e melhorar o ambiente para o presente e para as gerações futuras”

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, Estocolmo, 1972, p. 6.

10.1 A qualidade de vida como noção-chave

A qualidade de vida é um conceito relevante para a psicologia ambiental. Faz parte das preocupações dessa disciplina. Por suas análises, a psicologia ambiental tem a possibilidade de contribuir significativamente para a definição e para a identificação das condições do bem-estar do indivíduo. Contudo, o próprio termo é ambíguo. Apesar disso, é possível distinguir quatro correntes de políticas públicas e abordagens psicológicas concernentes à qualidade de vida. A primeira está centrada nos aspectos referentes aos serviços de saúde; as outras três remetem a uma abordagem mais global: à satisfação individual relacionada com a qualidade de vida, o tipo objetivo dessa qualidade e seu desenvolvimento sustentável (Uzzell e Moser, 2006).

Os estudos sobre a qualidade de vida, em termos de bem-estar subjetivo ou satisfação relativa às condições de vida, estão concentrados em enquetes que indagam dos indivíduos se estão satisfeitos com as suas condições de vida. Algumas destas pesquisas incluem objetivos dos respondentes a longo prazo e as suas aspirações em matéria de condições de vida e autoavaliações de saúde psicológica e mental. Assim, por exemplo, os que praticam esporte ou fazem jardinagem, os que têm amigos e relações interpessoais satisfatórias, do mesmo modo que os casados, são significativamente mais felizes. Donovan e Halpern (2002) fazem uma importante distinção entre qualidade de vida e satisfação com as condições de vida: a qualidade de vida aparenta-se com o bem-estar social e é, com frequência, medida por indicadores objetivos. A satisfação com as condições de vida é uma medida subjetiva do bem-estar em que cada indivíduo aprecia o seu próprio nível de satisfação, que pode ser determinado segundo critérios sociais, econômicos, ambientais, espirituais ou outros (Donovan e Halpern, 2002). O “Committee of the Regions of the European Union” (CoR, 1999) distingue entre indicadores objetivos da qualidade de vida e a avaliação subjetiva da maneira como condições materiais e não materiais exercem um impacto sobre a qualidade de vida do indivíduo, seu bem-estar e sua satisfação.

Uma segunda interpretação da qualidade de vida concentra-se no nível de vida. Na verdade, a qualidade de vida é, com frequência, considerada pelos poderes públicos como sinônimo de nível de vida (Jackson, 2002). Todavia, não obstante o crescimento do pleno emprego e dos ganhos do trabalho doméstico, os indivíduos não se declaram necessariamente mais satisfeitos com a sua qualidade de vida. Isso se pode explicar

pelo fato de que as medidas da qualidade de vida são muito pontuais e não levam em conta a situação na totalidade. Nas grandes cidades, os indivíduos confrontam-se com múltiplos danos ambientais que fazem certamente parte da sua apreciação subjetiva da qualidade de vida. Além disso, quanto mais sobe o nível de vida, menos sustentável as nossas sociedades (German Advisory Council on Global Change, 1997; IPCC, 2001).

O conceito da qualidade de vida pode utilmente ser posto em relação com as recomendações do relatório Brundtland (1987) sobre o desenvolvimento sustentável. Ele torna-se então sinônimo do desenvolvimento sustentável, exigindo uma melhor qualidade de vida para todo o mundo na atualidade, assim como para as gerações futuras.

A qualidade de vida diz tradicionalmente respeito às apreciações do indivíduo. O que se acentua é a experiência subjetiva de bem-estar, no tocante à saúde, às condições de vida e de trabalho, ao lazer, às relações familiares e amigáveis, etc. Tais avaliações são sempre mediatizadas pelas expectativas dos respondentes e pelas comparações sociais que eles fazem. A avaliação da qualidade de vida não pode ser senão relativa. Ela é o resultado de comparações intrapessoais (“como vejo eu a minha qualidade de vida agora e como gostaria de vê-la no futuro”) e interpessoais (“como vejo eu a minha qualidade de vida comparada com a dos outros”).

Embora a qualidade de vida seja uma experiência subjetiva, alguns pesquisadores tentaram identificar indicadores objetivos dessas avaliações subjetivas. Vários desses indicadores, tais como o espaço público disponível, a poluição do ar, o número de áreas de jogo para crianças, são, não obstante, difíceis de medir, porque não têm sentido senão em referência à coletividade (Jacobs, 1999). Consequentemente, a qualidade de vida torna-se, para muitos pesquisadores, uma descrição das condições que as coletividades locais têm à disposição, não havendo então senão uma relação distante com a experiência subjetiva dos indivíduos (Jacobs, 1999). Tais dados podem, com efeito, melhorar coletivamente o nível de vida, mas essas melhoras são, por sua vez, vividas diferentemente e não são necessariamente vistas como uma melhora da qualidade de vida individual. Contudo, a ênfase posta numa abordagem subjetiva e individual parece dificilmente conciliável com a noção de desenvolvimento sustentável que é essencialmente de ordem social (Uzzell e Moser, 2006).

10.1.1 Ambiente e qualidade de vida

A referência às necessidades no relatório Brundtland [*a development capable of satisfying the needs of the present generation without compromising the ability of future generations satisfying their own needs* isto é, *um desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas*], abre o caminho ao reconhecimento do bem-estar individual e coletivo. Isto permite interessar-se pela maneira como o indivíduo interage com o ambiente, aspecto importante da qualidade de vida. Uma relação positiva com o lugar onde se vive é essencial para o bem-estar do indivíduo. Esta relação positiva com esse lugar não se pode estabelecer, se o indivíduo não pode ou não pôde formar uma rede de relações interpessoais satisfatórias (Moser, 2009a). Além disso, as condições residenciais, tais como o conforto habitacional, o acesso aos serviços, os

espaços verdes, a criminalidade e o nível do barulho na vizinhança, e condições mais gerais como o acesso aos transportes, a preservação dos espaços naturais de proximidade e a qualidade da água e do ar, contribuem para a qualidade de vida. Isso mostra bem que a qualidade de vida tem a ver com os aspectos ambientais que são do interesse da psicologia ambiental.

Os indivíduos são afetados pelo ambiente e as carências ambientais são suscetíveis de serem sentidas como uma ameaça à qualidade da vida. O barulho e a poluição, a insegurança, a ineficácia dos equipamentos, as deficiências nos transportes, são frequentemente mencionados pelos habitantes das grandes cidades como ameaçadores ao seu bem-estar (Rizk, 2003). Pesquisas nos Estados Unidos da América (cf. Marans, 2003) e inquéritos na Europa (DEFRA, 2002) mostraram que cerca de três quartos dos respondentes estão prontos a pagar mais impostos para melhorar a qualidade de vida objetiva nos ambientes da sua redondeza.

Somente satisfazer as necessidades do indivíduo ao nível do seu habitat, da sua vizinhança e do seu bairro, não suscita problemas insuperáveis, dado que tais espaços são partilhados com indivíduos com quem pode haver relações mais ou menos diretas, ao nível da cidade ou da nação, o reconhecimento das necessidades individuais deve ser negociado e aceito por aqueles que partilham o mesmo espaço. Na perspectiva de uma população cada vez mais heterogênea em virtude de uma mobilidade crescente, um tal consenso sobre as necessidades poderia tornar-se cada vez mais problemático, pelo menos nas grandes metrópoles.

De um ponto de vista individual, uma qualidade de vida no contexto do desenvolvimento sustentável pode ser definido em referência à congruência indivíduo-ambiente. Isso significa que *“a qualidade de vida não pode ser alcançada, se os indivíduos não interagem com o ambiente de uma maneira respeitosa, por um lado, e se, por outro, o ambiente não ameaça nem entrava o que o indivíduo considera como sua qualidade de vida, permitindo-lhe assim satisfazer as suas próprias necessidades”* (Uzzell e Moser, 2006). A congruência indivíduo-ambiente, isto é, uma situação adequada, alcança-se por intermédio de uma relação positiva entre as qualidades objetivas do ambiente, acompanhada da expressão de uma satisfação relativa ao mesmo ambiente (Uzzell e Moser, *ibid.*).

Na literatura, os indicadores da qualidade de vida são extraordinariamente diversos. O bem-estar individual não se enuncia só em termos de satisfação no que diz respeito às relações interpessoais, a família, o trabalho, a carreira, a saúde e as finanças, mas diz respeito também aos diferentes aspectos do ambiente. Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, as questões ambientais não fazem só doravante parte integrante da qualidade de vida, mas ocupam também aí um lugar cada vez mais importante. Não se trata unicamente das diversas características das condições de residência (conforto da moradia, acesso aos serviços, espaços verdes, taxas de criminalidade na vizinhança e noutros lugares, por exemplo), mas também das condições ambientais mais globais, como o estado dos espaços naturais, a qualidade da água e a pureza do ar.

Assim, num recente estudo britânico sobre a qualidade de vida (DEFRA, 2002), os cinco aspectos considerados como mais importantes para as pessoas interrogadas são: a saúde, a educação, a segurança, o emprego e a qualidade do ar, sendo esta última mencionada por três quartos dos respondentes. A ameaça que representa a

poluição atmosférica contra o bem-estar individual parece ir bem além dos riscos sanitários. Convém, portanto, precisar a amplitude e o lugar das questões de ambiente na apreciação e exigências individuais e coletivas em matéria de qualidade de vida, e as preocupações ambientais, que são mormente percebidas como uma ameaça para o bem-estar do indivíduo. Que este seja um problema socialmente importante, atesta-o o fato de que, de maneira repetida, numerosas pesquisas nos Estados Unidos (Marans, 2001, por exemplo) e na Grã-Bretanha (DEFRA, 2002) mostraram que cerca de três quartos de pessoas interrogadas estão prontas a pagar mais impostos locais com o fim de melhorar a qualidade do seu ambiente (triagem dos desperdícios, poluição, etc.).

10.1.2 Dimensão cultural, necessidades e habitat

As normas e tipos de qualidade de vida são culturalmente determinados. As necessidades são diferentes em países diferentes. Trata-se de uma construção social que é, por isso, culturalmente dependente. A globalização não é necessariamente seguida de uma homogeneização das necessidades individuais. A necessidade de espaço pessoal, as maneiras de integração na vizinhança, os modos de vida urbanos, são diferentes de uma cultura para outra. Além disso, o comprometer-se em comportamentos a favor do ambiente depende de valores que lhe dizem respeito, valores, eles próprios, marcados pela cultura.

A necessidade de espaço pessoal suscita a questão, numa perspectiva de globalização, da universalidade de tais necessidades. As pesquisas da psicologia ambiental têm mostrado que as necessidades de espaço variam de uma cultura para outra, por um lado, e, por outro, dependem da posição no ciclo de vida (Sundstrom, 1978; Altman, 1975). Alguns estudos, tais como os de Nasar e Min (1984), mostram que aqueles que vivem em espaços restritos em periferias mediterrâneas, têm reações diferentes das dos asiáticos. Mas estes estudos são feitos em ambientes culturalmente homogêneos e, portanto, só podem justificar as diferenças interpessoais em função das origens culturais dos indivíduos (ver, por exemplo, Loo e Ong, 1984). Nós temos mais necessidade de pesquisas tais como as relativas à reação à densidade na cultura japonesa (Canter e Canter, 1971). As normas que regem as condições muito diferentes das nossas e as necessidades e estratégias de adaptação são suscetíveis de nos fornecerem explicações sobre a dinâmica da maneira como os indivíduos reagem às dimensões físicas e sociais dos seus respectivos ambientes. A utilização do espaço doméstico e a noção de privacidade são culturalmente assinaladas e, por conseguinte, a noção de privacidade corre o risco de significar e ocultar condições muito diferentes, não somente do ponto de vista individual, mas também do de uma cultura para a outra (Altman e Chemers, 1980). As preferências que dizem respeito ao habitat individual, à utilização de varandas, balcões e jardins, são dependentes das condições climáticas tanto quanto dos hábitos locais. Enquanto unidades habitacionais individuais são consideradas como ideais nas culturas anglo-saxônicas, em alguns países latino-americanos verifica-se uma clara preferência pelos conjuntos de apartamentos essencialmente por razões de segurança.

Estudos mais sistemáticos neste domínio permitiriam fornecer aos arquitetos e urbanistas diretivas que lhes facilitariam levar em conta necessidades culturalmente dependentes além das simples noções e concepções de design. Kent (1991) propôs

uma classificação dos diferentes grupos culturais em função da sua utilização do espaço doméstico. Tal distinção é particularmente importante para a segmentação funcional dos arranjos espaciais. Kent notou que os ocupantes rearrumam o seu espaço doméstico para o tornar compatível com os seus imperativos culturais, quando se encontram num ambiente que não corresponde aos tipos da sua própria cultura. O bem-estar tem significações diferentes e o papel da psicologia ambiental deveria ser o de identificar as normas culturais que permitissem estabelecer espaços capazes de satisfazer necessidades diversificadas em função de populações diversas.

Sob um outro ponto de vista, existe uma flagrante desigualdade relativa às condições de habitação, de acesso aos serviços públicos, de oportunidades de trabalho e de exposição aos poluentes, desigualdade que se resume num ambiente de vida de má qualidade. Estes fenómenos podem ser documentados e os seus impactos na qualidade de vida podem ser medidos, pondo, de um lado, em relação, equipamentos efetivos e a exposição real aos danos e, do outro, a percepção e avaliação da qualidade de vida dos residentes.

Nas metrópoles que se desenvolveram no decorrer do século passado, o bem-estar e a qualidade de vida revelam-se essenciais. Tradicionalmente, as periferias das grandes cidades são tidas como mais atrativas nas culturas anglo-saxônicas (Lindberg e outros, 1992), em virtude de uma clara preferência por casas individuais (Cooper, 1972; Thorne e cols., 1982). Esta abordagem não corresponde ao que se passa em outras cidades como Paris, onde o centro da cidade é mais valorizado (Naturel, cité em: Moser e outros, 2002). Essas preferências são opostas às que é possível constatar nos Estados Unidos da América. Elas vão além das características dos ambientes urbanos e periurbanos respectivos e põem a questão das aspirações e das necessidades dos cidadãos e da dinâmica interrelacional que estão na base das transformações da cidade.

A cidade não é um conjunto indiferenciado, deve ser considerada como uma grande quantidade de ambientes sobrepostos que são apropriados ou apropriáveis pelos seus residentes. Estes habitantes são cada vez mais diversificados, quanto às suas respectivas culturas, mas também quanto às suas necessidades. Em outros termos, nós deveríamos perguntar-nos como é que os fenómenos de apropriação se articulam com um investimento positivo na cidade, permitindo a uma população cada vez mais heterogênea apropriar-se dela e construir um lar. Quais são as condições ambientais do sentimento de um lar e da expressão de uma identidade urbana produtora de bem-estar? As minorias étnicas e culturais investirão na cidade, agrupando-se em lugares específicos, ou aspiram a integrar-se na comunidade urbana em sua totalidade?

10.2 Psicologia ambiental e desenvolvimento sustentável

Tradicionalmente, a psicologia ambiental desenvolveu-se com as demandas sociais específicas em diversos países interessados. Na França, como em outros países europeus, o pós-guerra caracterizou-se por um êxodo rural que levou à acumulação das populações em zonas urbanas muito densas, sacrificando o campo à construção prematura de grandes conjuntos coletivos, de qualidade medíocre e de dimensões frequentemente inumanas, e ao acolhimento massivo de imigrantes. Este rápido desenvolvimento urbano provocou o aumento da mobilidade, a explosão dos meios de

transporte, com a sua parte de poluição e barulho, e trouxe consequências nefastas, tais como a exclusão, a delinquência, o vandalismo, juntos com patologias sociais variadas. Isso levou os poderes públicos a questionar as ciências humanas e sociais – daí os psicólogos ambientais – sobre os novos modos de vida urbanos e sobre a qualidade dos espaços públicos e privados. Na França, a demanda social e institucional contribuiu, nestes últimos anos, para orientar os trabalhos de psicologia ambiental para uma psicologia de ambiência e de conforto. Esses últimos desenvolvimentos, acompanhados pela sensibilidade crescente da população pelos problemas ecológicos, abrem assim caminho às preocupações mais globais. Ajuntam-se a isso, desde há alguns anos, as pressões crescentes por um desenvolvimento sustentável.

As preocupações até agora essencialmente centradas no habitat e na cidade, alargaram-se progressivamente aos modos de vida, por um lado, e, por outro, aos comportamentos pró-ambientais. E o “relatório de Brundtland” (1997) abriu o caminho a preocupações ligadas ao modo de vida. A referência às *necessidades* permite efetivamente incluir, não só a necessidade de um desenvolvimento econômico harmonioso e respeitador do ambiente, como também preocupado com o *bem-estar* do indivíduo. Esta preocupação interpela, de um modo particular, a nossa disciplina, na medida em que os modos de relação com o ambiente constituem um aspecto importante para o bem-estar do indivíduo. E a psicologia ambiental tem possibilidades de analisar, explicar e fornecer conhecimentos capazes de esclarecer as condições do bem-estar e de contribuir para as decisões em matéria de ambiente.

A *globalização* da economia e seus corolários, e a mundialização das trocas e dos meios de comunicação trouxeram consigo uma pressão para a uniformização cultural e dos modos de vida. A instalação progressiva da globalização provocou, com justa razão, o receio da uniformização dos valores e do anonimato. Por isso, ela é considerada por muitos dos nossos concidadãos como ameaça à sua identidade e provoca uma reivindicação identitária. Assim, os receios que a acompanham são geradores de numerosos movimentos sociais que põem em relevo as particularidades locais. Estas reivindicações identitárias são, o mais das vezes, seguidas de um investimento local protetor, sinônimo de segurança, sendo possível testemunhar afirmações de diferenças e originalidades que estão, com frequência, territorialmente enraizadas. Trata-se aí inegavelmente de uma *busca de identidade* espacialmente justificada. Este movimento representa o segundo maior desafio da virada do século posto à psicologia ambiental. O investimento local, a apropriação e a identidade ambiental, são conceitos tradicionalmente utilizados pela psicologia ambiental, mas a sua inserção no desenvolvimento sustentável e na globalização, dá-lhe uma dimensão nova. Mais particularmente:

- (1) *As necessidades em matéria de ambiente*, numa perspectiva de globalização, levantam a questão da sua universalidade. Estas necessidades serão as mesmas em toda a parte? As pesquisas da psicologia ambiental têm-nos ensinado, por exemplo, que a necessidade de espaço é diferente de uma cultura para outra, por um lado, e, por outro, em função do ciclo de vida. Pesquisas longitudinais e comparações interculturais em psicologia ambiental deveriam dar respostas a estas questões.

- (2) O *bem-estar* não pode ser independente de um enraizamento territorial. Ora, se isto não suscita problemas específicos em meio rural, reveste-se de uma importância capital no seio das grandes metrópoles que se desenvolveram no decorrer do século passado.

Em outras palavras, como é que os fenômenos de apropriação, que permitem à maioria dos cidadãos construir um lar, se articulam com um investimento positivo da cidade? Quais são as condições individuais e ambientais do sentimento do “lar próprio” e de uma expressão identitária geradores de bem-estar nas grandes metrópoles contemporâneas? Além das condições materiais, as relações interpessoais locais revestem-se de uma importância capital no bem-estar do indivíduo (Moser, 2009a).

- (3) *Os comportamentos a favor da preservação do ambiente* devem ser inseridos no desenvolvimento sustentado. Para fazê-lo, o fato de se centrar no indivíduo não basta. Para além da inserção no ambiente físico, as incitações devem levar em conta aspectos sociais do ambiente de modo a chegar a compromettimentos coletivos. Em outros termos, a integração social e comunitária é primordial na promoção dos comportamentos ecológicos. Em segundo lugar, é necessário levar em conta o fato de que é muito difícil para o indivíduo perceber adequadamente o estado do ambiente a um nível global e numa extensa perspectiva temporal. Além disso, a solução do dilema, usual neste gênero de situação, entre um comportamento benéfico para o indivíduo a curto prazo e a ação coletiva, depende amplamente de valores culturais, assim como da acessibilidade e da percepção dos recursos ambientais. Como diferenças interculturais relativas a valores podem ser compatíveis com um comportamento pró-ambiental? Paradigmas tais como o *dominant western paradigm* [o paradigma dominante ocidental] e o *new environmental paradigm* [o novo paradigma ambiental] (Arcury e Christianson, 1990), tentaram responder a esta questão. Os comportamentos em relação ao ambiente explicam amplamente a adesão tanto ao consumismo largamente dominante nas nossas culturas ocidentais, como a uma concepção ecológica que tem dificuldade em se impor. Lévy-Leboyer e outros (1996) mostraram que as percepções, as atitudes e o comportamento relativos ao ambiente diferem de uma cultura para outra e, por conseguinte, dependem das condições variáveis do ambiente, dos recursos disponíveis e do contexto societal (valores, regulações, infraestruturas e oportunidades de ação).

Em última análise, tanto o desenvolvimento sustentável, como a globalização das trocas, mobilizam o conjunto de temáticas tradicionalmente desenvolvidas pela psicologia ambiental. Certamente, o habitat, os modos de vida urbanos, as necessidades em matéria de ambientes, a implicação local e a busca da identidade, assim como as atitudes e comportamentos a favor do ambiente são temáticas que têm preocupado a psicologia ambiental desde os anos 70. Mas o desafio maior deste século 21 é o de *ressuscitar o conjunto destas temáticas numa perspectiva intercultural e numa dinâmica temporal*. Efetivamente, o bem-estar e as preocupações de preservação do ambiente necessitam de uma análise que inclua a dimensão cultural e a dimensão temporal como dimensões essenciais à compreensão dos fenômenos.

A psicologia ambiental deve libertar-se de uma visão instantânea da relação indivíduo-ambiente para se tornar uma psicologia em que a relação com o ambiente se efetue em referência à dimensão humana e, portanto, também ao tempo humano. O indivíduo possui uma história pessoal e uma projeção no futuro que condicionam a sua relação com o ambiente. Trata-se resolutamente de partir para uma psicologia ambiental mais dinâmica. Se as análises dos comportamentos a favor do ambiente nos ensinaram a interessar-nos pelo horizonte temporal, poucas pesquisas levam explicitamente em consideração esta dimensão.

Não é reconcentrando as análises no indivíduo e na sua relação com o ambiente tomado em suas dimensões espaciais, culturais e temporais que a psicologia ambiental poderá elaborar meta-teorias que lhe são próprias.

A psicologia ambiental confronta-se hoje com a aposta da coerência teórica. Não é colocando-se numa perspectiva transacional em psicologia ambiental, que coloca no centro da sua abordagem a relação particular entre o indivíduo e o ambiente através das suas percepções e seus comportamentos, que esse desafio poderá ser aceito. O indivíduo e o ambiente são todos os dois definidos de maneira dinâmica e interdependente. Na verdade, os indivíduos situam sempre as suas ações num lugar específico e a natureza desse lugar, assim específico, é um componente importante da sua ação e da sua experiência (Canter, 1986). Deste modo, o “lugar” é considerado como uma unidade sóciofísica de análise: ele é concebido como um ambiente geográfico experimentado ou vivido, com uma dimensão individual e coletiva, e constituído (1) de propriedades espáciofísicas, (2) de atividades e (3) de experiências cognitivas e avaliadoras que remetem, ao mesmo tempo, às atividades e às propriedades físicas. É então necessário compreender as relações existentes entre essas experiências cognitivas e avaliadoras e os comportamentos, especialmente porque os comportamentos induzem, por sua vez, modificações do ambiente. É com estas modificações e seus efeitos, numa escala espaciotemporal extensa, que se quer particularmente resolver o problema do desenvolvimento sustentável. Isso implica considerar o ambiente na sua natureza multidimensional: ao nível local quanto global e em suas dimensões ao mesmo tempo físicas e sociais. É neste sentido que as orientações do desenvolvimento sustentável e as consequências da globalização podem dar um novo impulso à psicologia ambiental.

O uso crescente deste conceito de desenvolvimento sustentável, após o relatório de Brundtland e da conferência do Rio de 1992, reflete a preocupação crescente das nações, das organizações, dos políticos e dos indivíduos pelo ambiente e pelos problemas ecológicos. Tais preocupações institucionais e públicas, mas também numerosas circunstâncias, vontades e alertas permitiram que o desenvolvimento sustentável fosse socialmente valorizado (Pol, 2003). Assiste-se, contudo, a uma grande falta de correspondência entre o que se prega e o que é realmente observado. Conquanto a noção de desenvolvimento sustentável suscita uma adesão de princípio por parte da maioria da população, na realidade parece que os comportamentos pró-ambientais individuais não seguem isso necessariamente e é difícil avivá-los. Observa-se uma inadequação entre os esforços usados pelos Estados e a resposta pró-ambiental desejada dos cidadãos, por vezes aleatória: os objetivos imediatos, as estratégias e a orientação das ações são específicas aos lugares e às populações (Pol, 2003). Deste modo, uma população que se podia mostrar muito sensível aos

problemas ambientais e favorável aos programas associados, não forneceria obrigatoriamente os esforços esperados a favor do ambiente.

As exigências do desenvolvimento sustentável são, nos anos vindouros, suscetíveis de comprometer e mobilizar, de modo crescente, não só as ciências humanas e as ciências exatas, mas também todos os compartimentos da sociedade, especialmente os aspectos econômicos através dos processos de produção (Uzzell e Rätzsch, 2009). É no quadro de tal mobilização que a psicologia ambiental é levada a desempenhar um papel crucial, na medida em que o indivíduo é o centro do processo.

“Environmental psychology may become more and more concerned about helping societies to develop sustainable environments. The application of his research ranges from one extreme, focusing on changes in the quality and quantity of demand (the need to change people’s lifestyles), to another extreme, focusing on changes in the production process to make it more sustainable. The latter may however never be possible unless people change their aspiration levels, pay more attention to equity issues, and so forth. We see a new need for environment psychology research that illuminates the consequences for people of new production processes, e.g., the production of sustainable housing. We believe that this means that environment economists, engineers, and applied natural scientists will be among the new “practitioners” to a considerably greater extent than was the case in the past.”

A psicologia ambiental pode tornar-se, cada vez mais, envolvida em ajudar as sociedades a desenvolver ambientes sustentáveis. A aplicação desta pesquisa objetiva focalizar, por um lado, as mudanças na qualidade e quantidade da procura (a necessidade de mudar o estilo de vida das pessoas) e, por outro, as mudanças no processo de produção, a fim de tornar isso mais sustentável. Isso, contudo, nunca poderá ser possível, a não ser que as pessoas mudem os níveis das suas aspirações, prestem mais atenção às questões da equidade e assim por diante. Nós enxergamos uma nova necessidade para a pesquisa da psicologia ambiental, que esclareça as consequências do novo processo de produção para as pessoas, por exemplo, a produção da moradia sustentável. Acreditamos que isso significa que economistas ambientais, engenheiros e cientistas dedicados à natureza estejam entre os novos “profissionais” em número considerável, maior que no passado) (Gärling e Hartig, 2000, p. 31).

Resumo

A referência às necessidades no relatório Brundtland abrem o caminho ao reconhecimento do bem estar individual e coletivos. As necessidades são diferentes de um outro, e os padrões de qualidade de vida são culturalmente determinados. Por outro lado, existe uma flagrante desigualdade referentes às condições de moradia, de acesso aos serviços públicos, às oportunidades de trabalho e a exposição aos danos ambientais.

O desenvolvimento sustentável assim como a globalização mobilizam um conjunto de temáticas desenvolvidas pela psicologia ambiental. A moradia, os estilos de vida urbanos, as necessidades relacionadas ao ambiente, a implicação local, a pesquisa identitária e as atitudes e comportamentos em favor do ambiente são as temáticas que devem ser reconsideradas em uma

perspectiva intercultural e uma dinâmica temporal e estudos dentro de uma lógica da qualidade de vida.

Palavras-chave

Qualidade de vida

Necessidades

Desigualdade

Desenvolvimento sustentável

Globalização

Estilos de vida urbano

Implicação local

Dinâmica temporal

Questões

1. Quais os critérios sobre os quais se baseiam as enquetes relacionadas à qualidade de vida?
2. Por que as condições de bem-estar e a qualidade de vida representam uma problemática central em psicologia ambiental?
3. Em quais condições os habitantes das grandes metrópoles mundiais são suscetíveis de contribuir ao desenvolvimento durável de maneira ativa?
4. Em que a dinâmica temporal participa do engajamento ambiental?
5. Face à globalização e à multiplicidade de problemas ambientais, de que maneira a psicologia ambiental pode contribuir?
6. Lógica disciplinar ou interdisciplinar, quais estratégias devem ser adotadas nos anos que virão?